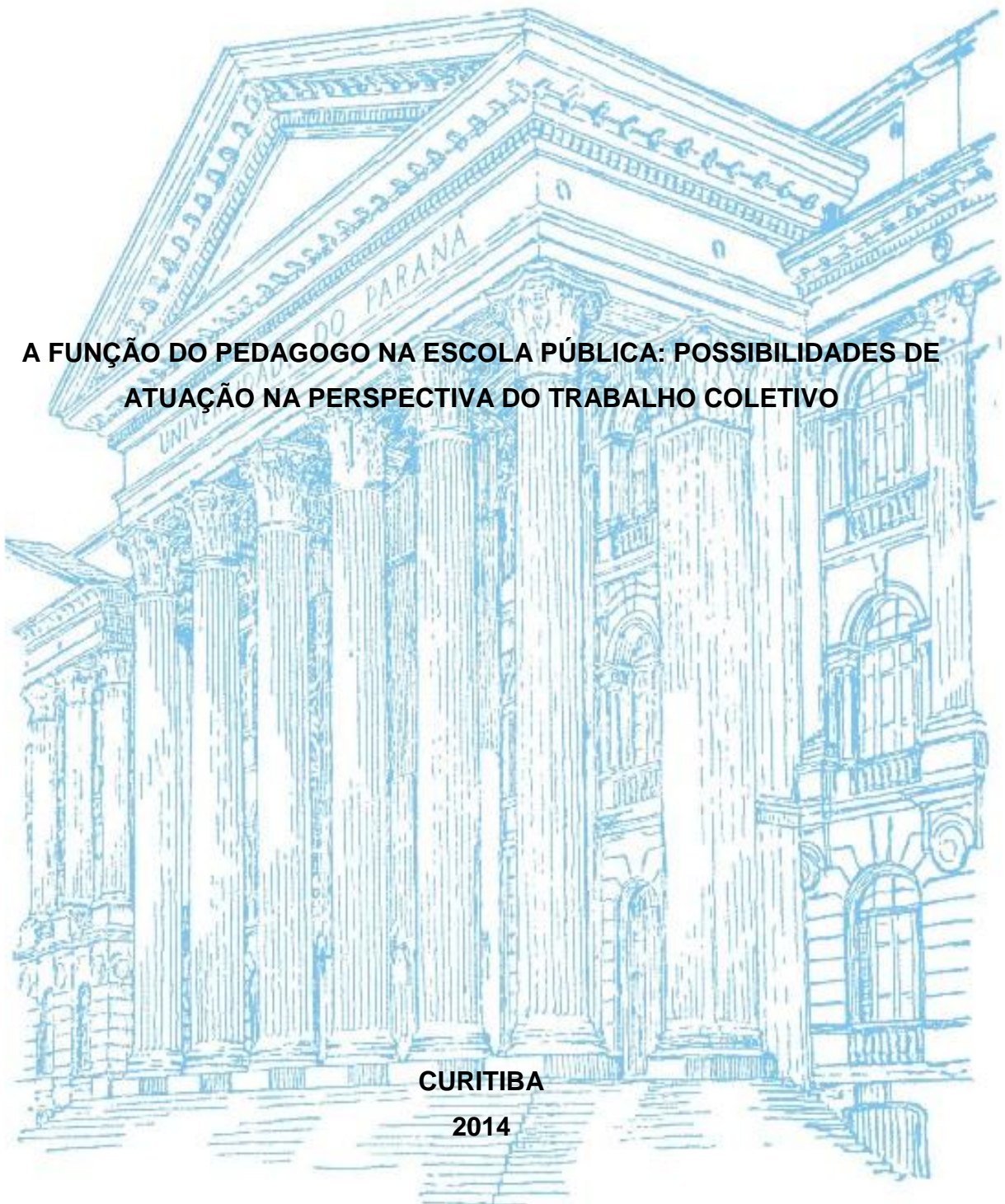


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**ADRIANA REGINA MOMESSO NERI**

**A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA: POSSIBILIDADES DE  
ATUAÇÃO NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COLETIVO**



**CURITIBA**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**ADRIANA REGINA MOMESSO NERI**

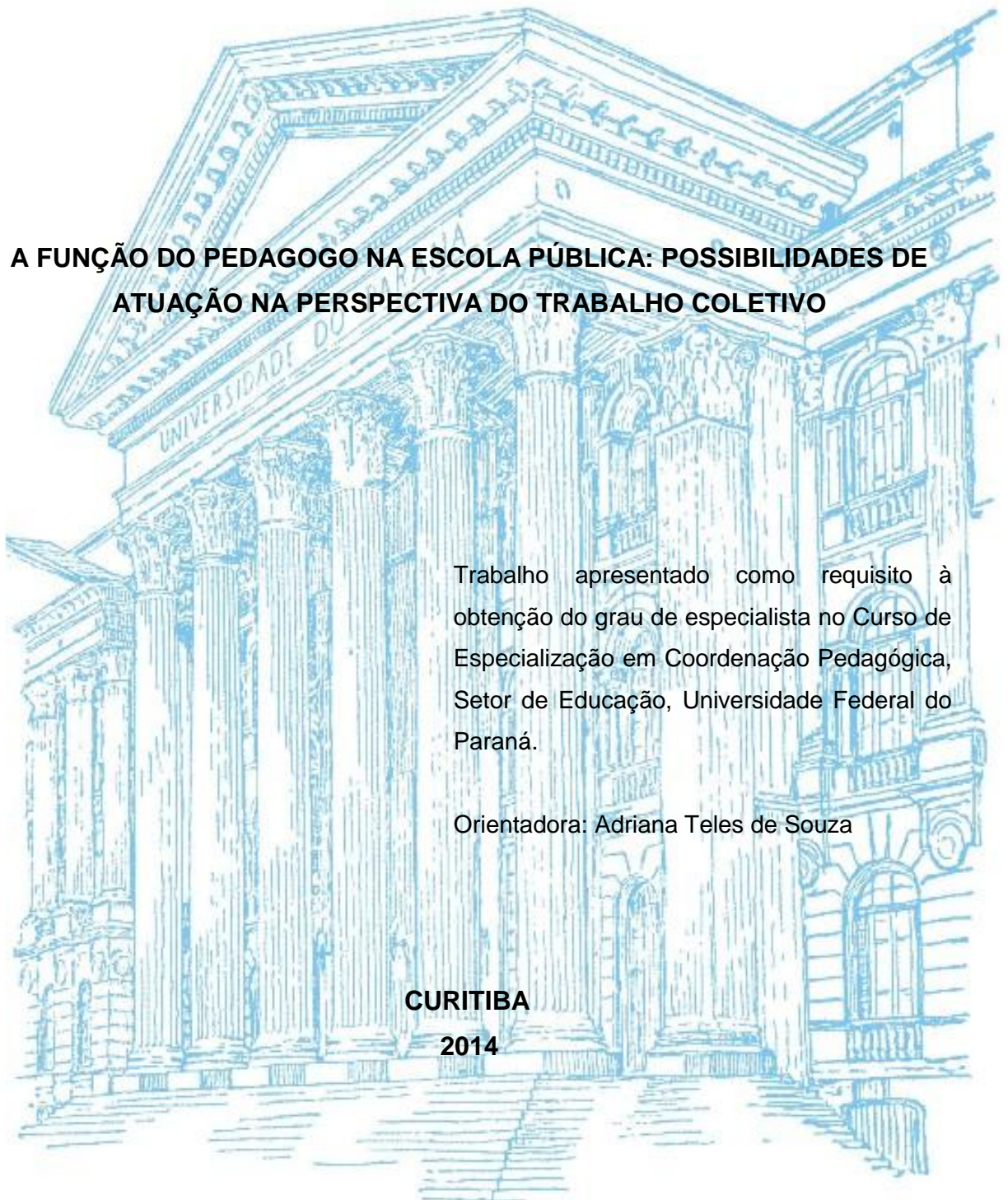
**A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA: POSSIBILIDADES DE  
ATUAÇÃO NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COLETIVO**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Adriana Teles de Souza

**CURITIBA**

**2014**



# A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COLETIVO

Autora: NERI, Adriana Regina Momesso <sup>1</sup>

Orientadora: SOUZA, Adriana Teles de <sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho objetiva identificar em que medida os sentidos atribuídos pelos profissionais da educação de um Colégio Estadual – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional da cidade de Cianorte no estado do Paraná, expressam em relação à função do professor pedagogo e que medida colaboram para a descaracterização da função deste profissional nesta Instituição de Ensino e dificultam a articulação da organização do trabalho pedagógico na perspectiva do trabalho coletivo. Por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com 10 (dez) profissionais da referida Instituição de Ensino, a análise de documentos e referências teóricas como a pedagogia Histórico-Crítica e a teoria Histórico-Cultural que colaboraram para a significação do fenômeno estudado. Buscou-se realizar a análise dos sentidos e significados identificados em suas falas. O resultado da pesquisa demonstrou que existe uma ruptura entre os **sentidos** e os **significados** atribuídos à função do pedagogo, confirmando a hipótese levantada de que esta colabora para a descaracterização da atuação deste profissional na escola pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho Coletivo. Sentido e Significado. Teoria Histórico-Cultural. Pedagogia Histórico-Crítica.

## INTRODUÇÃO

Como pedagoga no Colégio Estadual em questão durante o período de 2005 a 2013 foi possível constatar a dificuldade em articular a organização

---

<sup>1</sup> Professora Pedagoga do Quadro Próprio do Magistério no Estado do Paraná, atuando desde 2005, na Rede Estadual – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Cianorte/PR. Aluna do Curso de Coordenação Pedagógica do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>2</sup> Mestra em Educação e Professora Pesquisadora do Curso de Coordenação Pedagógica do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

coletiva do trabalho pedagógico que proporcione à escola pública cumprir sua função de socializar o conhecimento acumulado pela humanidade como via de emancipação humana.

Sendo a escola responsável pela socialização do saber acumulado pela humanidade, ela deve estar muito próxima dessa realidade com a qual trabalha, para analisá-la criticamente e possibilitar o acesso de todos os indivíduos à cultura acumulada, contribuindo para ações de superação das relações de classes estabelecidas.

O pedagogo, responsável pela organização do trabalho pedagógico da escola pública, tem assumido no cotidiano escolar atribuições que descaracterizam sua função, tornando-se um profissional que desempenha várias tarefas não pertinentes ao cargo que ocupa, deixando de lado a sua função eminentemente pedagógica.

O presente estudo tem como principal objetivo identificar em que medida os sentidos e significados atribuídos pelos profissionais da educação do Colégio Estadual campo desta pesquisa expressam em relação à função do professor pedagogo e que colaboram para a descaracterização da função do professor pedagogo nesta Instituição de Ensino e dificultam a articulação da organização do trabalho pedagógico na perspectiva do trabalho coletivo.

Pretendeu-se, portanto, identificar o significado da função do professor pedagogo na escola pública e os sentidos atribuídos pelos profissionais da educação da instituição pesquisada. Pois se acredita que a ruptura entre o significado da função do pedagogo e os sentidos atribuídos pelos profissionais da escola colaboram para a descaracterização da função deste profissional, dificultando o desenvolvimento de um trabalho coletivo.

Inicialmente, identificou-se qual o significado da função do professor pedagogo nas escolas públicas estaduais do Estado do Paraná, por meio da legislação que regulamenta esta função. Em seguida, buscou-se ouvir alguns profissionais da educação que atuam no Colégio Estadual em questão com o objetivo de identificar os sentidos atribuídos à função do professor pedagogo, analisando-os à luz da teoria Histórico-Cultural e a pedagogia Histórico-Crítica para apontar as possibilidades de superação problemática apresentada no interior

da escola pública, tendo como foco o papel mediador do professor pedagogo na organização do trabalho pedagógico na perspectiva do trabalho coletivo.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são 3(três) pedagogos, 4(quatro) professores dos cursos ofertados: Ensino Médio, Técnico em Administração, Formação de Docentes para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Auxiliar e Técnico em Enfermagem, 1(um) coordenador de curso, Direção e Direção Auxiliar. Os critérios de identificação dos participantes da pesquisa foram o cargo e função, pois trabalham diretamente com pedagogo na escola; o tipo de vínculo – são profissionais que tem vínculo efetivo na rede pública estadual e atuam nesta Instituição de Ensino a mais de 5 (cinco) anos.

A pesquisa realizada caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa em educação na linha dialética, pois apresenta alguns traços característicos deste tipo de pesquisa, quando levanta dados do ambiente natural e tem o pesquisador como “instrumento-chave”; descreve e avalia a aparência e a essência do fenômeno na prática social; preocupa-se com o processo apreciando seu desenvolvimento e não somente sua visão atual; analisa o fenômeno na sua concretude, na prática social, de forma indutiva e busca atribuir significado ao fenômeno, buscando suas causas, suas relações com o movimento social (TRIVIÑOS,1987).

A pesquisa do tipo qualitativa exige que a coleta de dados possibilite posteriormente a análise destes dados de forma conjunta, processual e contextualizada,

Temos expressado reiteradamente que o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve na interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a Coleta de Dados num instante deixa de ser tal e é Análise de Dados, e esta, em seguida, é veículo para nova busca de informações (TRIVIÑOS, 1987, p.137).

Levando em conta que a pesquisa desenvolveu-se na linha dialética e, portanto, considera que o fenômeno em estudo deve ser captado na sua materialidade, não somente através das ideias que se tem dele, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a observação do pesquisador, nos anos de convívio na Instituição de Ensino pesquisada; a análise de documentos e referências teóricas que colaboraram para a significação do fenômeno estudado e

a realização de uma entrevista semi-estruturada que possibilitou uma relação entre pesquisador e pesquisado com um adequado grau de liberdade e espontaneidade para a investigação realizada.

Para a análise das entrevistas foi utilizado o referencial teórico elaborado por Aguiar e Ozella (2006) que tem como objetivo,

Instrumentalizar o pesquisador, segundo a abordagem da Psicologia sociohistórica, nos procedimentos de análise de material qualitativo, visando a apreender os sentidos que constituem o conteúdo dos sujeitos informantes através do que chamamos de núcleos de significação (AGUIAR E OZELLA, 2006, p. 223).

Os autores esclarecem que proposta de apreensão dos sentidos por meio de Núcleos de Significação está subsidiada na perspectiva de que é preciso ter como ponto de partida o fenômeno empírico e estudá-lo no seu processo histórico, indo além das suas aparências.

Nesta perspectiva o roteiro da entrevista semi-estruturada foi organizada a partir de quatro categorias: 1. **A Função do Pedagogo Na Escola Pública**; 2. **Demandas Impostas ao Pedagogo na Escola Pública Atualmente**; 3. **Pontos Positivos na Organização do Trabalho Pedagógico da Escola pela Mediação do Pedagogo**; 4. **Relação Pedagógica entre o Pedagogo e Docentes**. Essas categorias foram submetidas a duas dimensões **O Sentido<sup>3</sup> do Papel do Pedagogo e As Significações<sup>4</sup> do Trabalho Coletivo no Ambiente Escolar** caracterizadas, após as análises dos dados como os Núcleos de Significação que são o resultado entre os pré-indicadores e os indicadores revelados nas falas dos sujeitos da pesquisa. Os **pré-indicadores** são identificados nas falas dos entrevistados e considerados “*temas os mais diversos, caracterizados por maior frequência [...] pela importância enfatizada nas falas dos informantes, pela carga emocional presente, pelas ambivalências ou contradições, pelas insinuações não concretizadas [...]*” (AGUIAR & OSELLA, p. 230). Os **indicadores** são os resultados de “*um processo de aglutinação dos pré-indicadores, seja pela similaridade, pela complementaridade ou pela contraposição [...] que nos*

---

<sup>3</sup> O sentido refere-se a necessidades, ainda não satisfeitas, que constituem os sujeitos e o mobilizam para realizar alguma atividade. São as impressões pessoais do sujeito em relação às apropriações realizadas das construções sociais (AGUIAR & OSELLA, 2006).

<sup>4</sup> Os significados são os conteúdos construídos socialmente e que podem ser apropriados pelos sujeitos a partir do contato com as produções culturais (AGUIAR & OSELLA, 2006).

*permitam caminhar na direção dos possíveis núcleos de significação”* (AGUIAR & OSELLA, p. 230).

Os resultados das entrevistas foram apresentados ao longo do artigo, estruturado em quatro partes, dialogando com o referencial teórico utilizado para compreensão do objeto de estudo e evidenciando a problemática apresentada, ou seja, a descaracterização da função do professor pedagogo na atuação nas escolas públicas paranaenses, motivo da elaboração deste trabalho.

A primeira parte do trabalho foi organizada de modo a identificar **O pedagogo na escola pública paranaense**, ou seja, o significado da função do professor pedagogo nas escolas públicas estaduais do Estado do Paraná, através da legislação que regulamenta esta função, refletindo sobre as condições de trabalho deste profissional em razão da descaracterização da sua função pedagógica.

Na segunda parte do trabalho foi desenvolvida uma reflexão sobre **O pedagogo no contexto da sociedade capitalista**, que tratou sobre o papel do pedagogo como necessário na organização do trabalho pedagógico da escola pública com vistas a contribuir para o cumprimento da função social da escola, inserida no contexto de uma sociedade dividida em classes antagônicas, à luz da pedagogia Histórico-Crítica.

A terceira parte do texto busca elementos para identificação das **Contribuições da teoria Histórico-Cultural na compreensão da organização do trabalho coletivo**. O contexto da sociedade capitalista de produção colabora para a alienação das relações de trabalho, inclusive no desenvolvimento da atividade educativa. Através da contribuição da teoria Histórico-Cultural sobre a relação entre os conceitos de sentido e significado busca-se compreender a alienação na atividade educativa e em que medida ela colabora para a descaracterização da função do pedagogo na escola pública.

Na quarta e última parte do trabalho discutiu-se as possibilidades de atuação do **Pedagogo como articulador do trabalho coletivo escolar**. Com base na análise dos dados que foram obtidos por meio das entrevistas buscou-se discutir a importância do projeto político-pedagógico para a organização do trabalho pedagógico da escola pública na perspectiva do trabalho coletivo à luz do conceito de atividade coletiva proposta pela teoria Histórico-Cultural.

## 1. O PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

Durante a história da educação no Brasil é possível confirmar o fato de que o pedagogo é um profissional com funções ainda não definidas. O curso de Pedagogia, que possibilita a formação deste profissional, evidencia por meio das mudanças sofridas na sua organização curricular, esta indefinição de atuação do futuro profissional que ora recebia uma formação geral, ora uma formação em habilitações específicas,

[...] é preciso considerar que o curso de pedagogia sofreu modificações ao longo do tempo e, conseqüentemente, também o conceito de “pedagogo” se alterou. Assim, instituído no Brasil em 1939 pelo Decreto-Lei 1.190, o curso de pedagogia formava pedagogos com um caráter generalista, isto é, sem a especificação de diferentes habilitações. A partir do Parecer CFE 252, de 1969, foram instituídas as habilitações pedagógicas. Assim, o Curso de Pedagogia passou a formar não o pedagogo em geral, mas o Administrador Escolar, o Inspetor de Ensino, o Orientador Educacional, o Supervisor Pedagógico e o Professor das disciplinas pedagógicas dos Cursos Normais que, a partir de 1971, passaram a ser chamados de Cursos de Magistério. E hoje? Quem e o que é o pedagogo? Hoje legalmente o pedagogo é definido a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia aprovadas em 2006 pelo Conselho Nacional de Educação (SAVIANI, 2012, p. 4).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96 trouxe mudanças significativas nos cursos de Pedagogia, pois integra as habilitações dos especialistas em educação, contrapondo-se à legislação anterior.

Art. 64 - A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base nacional comum (BRASIL, 1996, p 23).

O Parecer CNE/CP n.º 5/2005 e a Resolução que o acompanha, no seu artigo 14, no entanto, entra em conflito com o indicado no artigo 64 da LDB n.º 9394/96.

Art. 14 – A formação dos demais profissionais de educação, nos termos do art. 64 da Lei n. 9394/96, será realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim, abertos a todos os licenciados.

Parágrafo Único – Os cursos de pós-graduação poderão ser disciplinados pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos do art. 67 da Lei n.9394/96 (BRASIL, 2006, p. 2).

O ministro César Callegari chamou atenção para o conflito entre os artigos 64 da LDB n.º9394/96 e 14 do Parecer CNE/CP n.º 5/2005 e da respectiva Resolução, encaminhando ao MEC proposta de alteração do artigo 14 (Saviani, 2012). Após análise da área técnica do MEC, foi acolhida a proposta de alteração do ministro, homologada pelo Parecer CNE/CP n.º 3/2006, dando o seguinte texto ao referido artigo.

Art. 14 – A licenciatura em Pedagogia nos termos do Parecer CNE/CP n.º 5/2005 e desta Resolução assegura a formação de profissionais da educação prevista no art.64, em conformidade com o inciso VIII do art. 3º da Lei n.º 9.394/96.

Parágrafo 1º - Esta formação profissional também poderá ser realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim e abertos a todos os licenciados.

Parágrafo 2º - Os cursos de pós-graduação indicados no § 1º deste artigo poderão ser complementarmente disciplinados pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos do Parágrafo único do art. 67 da Lei n.º 9.394/96 (BRASIL, 2006, p. 2).

É possível identificar, na análise das referidas leis, a exclusão da formação do especialista em educação, transferindo a responsabilidade das funções de gestão, planejamento, coordenação e avaliação aos docentes formados em curso de Pedagogia, mesmo admitindo a existência desta função na escola. Sendo assim,

[...] o espírito que presidiu a elaboração das diretrizes curriculares nacionais do Curso de Pedagogia foi a consideração de que o pedagogo é um docente formado em curso de licenciatura para atuar na “Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”, conforme consta do artigo 2º e reiterado no artigo 4º. Eis aí a destinação, o objetivo do Curso de Pedagogia (SAVIANI, 2012, p. 5-6).

Esses aspectos legais em relação à formação do Pedagogo colaboram, em grande medida, portanto, para a indefinição no que diz respeito à função deste profissional no contexto educacional, porque não colaboram para uma orientação comum, em âmbito nacional, para dar unidade ao Curso de Pedagogia.

Nas escolas públicas estaduais paranaenses até 2004 atuavam os Especialistas de Educação, ou seja, pedagogos na figura do Orientador Educacional e o Supervisor Escolar. Para atuar como Orientador Educacional exigia-se a qualificação na área, no entanto, a função do Supervisor Escolar poderia ser assumida por docentes das diferentes áreas de formação indicados, de acordo com seus interesses, pelo diretor da instituição de ensino. A figura destes profissionais foi substituída pelo Professor Pedagogo a partir da Lei Complementar n.º 103/2004 que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Professores da Rede Estadual de Educação Básica e altera o disposto na Lei Complementar n.º 7/1976, o Estatuto do Magistério para o Ensino de 1º e 2º Graus.

O artigo 4º, inciso V, da Lei Complementar n.º 103/2004, que trata dos conceitos fundamentais presentes na lei, conceitua o pedagogo como professor, mas não para o exercício da docência, considerando que esta é desenvolvida pelo professor, mas pautada na regência de classe que não se configura como uma ação realizada pelo pedagogo, caracterizando uma contradição na própria legislação.

Para confirmar as alterações realizadas em relação à função do pedagogo nas escolas estaduais paranaenses, em setembro de 2004, o Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação torna público o Edital n.º 37/2004 que “*estabelece as instruções especiais para a realização de Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de [...] vagas no cargo Professor do Quadro Próprio do Magistério, área de atuação de professor pedagogo na Educação Básica*” (PARANÁ, 2004, p. 1). A partir daí o termo Professor Pedagogo foi adotado no Estado do Paraná.

Inicialmente o Edital n.º 37/2004 e, três anos mais tarde o Edital n.º 10/2007 da Secretaria de Estado da Educação que estabelecem instruções para o Concurso Público para vagas no cargo Professor QPM, área de atuação de Professor Pedagogo, descrevem as atividades do professor pedagogo nos estabelecimentos da rede pública estadual do Paraná e caracterizam claramente o caminho da atuação deste profissional, apresentando o mesmo texto “*Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do projeto político-*

*pedagógico e do plano de ação da escola; coordenar a construção coletiva e a efetivação da proposta curricular da escola” (PARANÁ, 2004, p.3).*

É possível confirmar nestes editais a intenção da Secretaria de Estado da Educação em relação à atuação do Pedagogo nas escolas estaduais paranaenses, que não é de um professor que atuará na docência, mas na organização do trabalho pedagógico da instituição de ensino na perspectiva de um trabalho coletivo. No entanto, a inclusão deste profissional na Lei Complementar n.º 103/2004 que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica, quer descaracterizar o caráter tecnicista do trabalho do Especialista em Educação, como era tratado na legislação anterior.

Em fevereiro de 2013, outro concurso é realizado para provimento de vagas para o cargo de Professor Pedagogo através do Edital n.º 17/2013 que, ao contrário dos editais anteriores, já não dá ênfase à mediação deste profissional na realização do trabalho coletivo da escola. O referido edital destaca o desenvolvimento de *“Atividades de Suporte Pedagógico direto à docência na Educação Básica, voltadas para o planejamento, administração, supervisão e orientação educacional”* (PARANÁ, 2013, p. 2), destacando as atividades de gestão administrativa da escola, não ignorando a gestão pedagógica, no entanto, não enfatizando o caráter coletivo desta gestão,

[...] entre outras, as seguintes atribuições: coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola; administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; [...] coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino (PARANÁ, 2013, p. 2).

A análise e comparação do conjunto de atribuições descritas nos referidos editais demonstram ao menos duas problemáticas em relação ao trabalho deste profissional na escola pública paranaense. Em primeiro lugar, demonstra o caráter burocrático dado ao Professor Pedagogo no Edital n.º 17/2013. Em momento algum, por exemplo, demonstra importância ao desenvolvimento do trabalho

pedagógico pautado na construção, reestruturação, avaliação e acompanhamento das ações da escola de acordo com os princípios e propostas do Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar, termos até então utilizados aos instrumentos que legalizam o trabalho da escola e servem de apoio à organização coletiva da prática pedagógica.

Essa problemática foi possível identificar nas falas dos participantes desta pesquisa. Algumas das respostas levantadas no que se referem à categoria **Pontos Positivos na Organização do Trabalho Pedagógico da Escola Pela Mediação do Pedagogo** e dimensionada pelo Núcleo de Significação, **As Significações do Trabalho Coletivo no Ambiente Escolar** o atendimento à questão burocrática da escola realizada pelo pedagogo é levantada nas seguintes falas, nas quais foi possível averiguar os **pré-indicadores**, caracterizados pelas contradições expostas nas falas e que se encontram em negrito e os **indicadores** encontram-se sublinhados e são caracterizados pela recorrência de palavras.

**Nós só temos pontos positivos eu posso dizer em todos os sentidos:** na parte da intervenção pedagógica para com o aluno, na parte da documentação escolar: projeto político pedagógico, proposta pedagógica curricular, regimento, atendimento à comunidade interna e externa, em tudo. (DIREÇÃO, em 14/05/2014).

Tanto a parte burocrática por que dá apoio, da estrutura para o professor no desenvolvimento das atividades, quanto a orientação ao aluno mesmo, porque **o pedagogo tenta muito resolver estas questões que não são fáceis** (PROFESSORA E COORDENADORA DO CURSO AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM, em 14/05/2014).

Neste sentido, os pré-indicadores que surgiram “***nós só temos pontos positivos eu posso dizer em todos os sentidos [...] em tudo***” e “[...] ***o pedagogo tenta muito resolver estas questões que não são fáceis***” refletem implicitamente os indicadores identificados nas duas falas, os quais entram em contradição com os pré-indicadores, visto que em um primeiro momento as falas refletem que há somente pontos positivos em relação à organização do trabalho pedagógico mediada pelo pedagogo. No entanto, os pontos abordados nas duas falas demonstram os **significados (constituídos pelas atribuições do cargo no estado do Paraná)** atribuídos à função do pedagogo dentro da escola, ou seja, um profissional burocrata que deve dar conta de vigiar, solucionar, fazer cumprir, ordenar e que no meio disso tudo se vê sem condições de fazer o trabalho que

realmente direciona para o seu papel de mediador dos processos de ensino e de aprendizagem.

A outra problemática revelada desde o início das primeiras contratações dos Professores Pedagogos, diz respeito ao porte das escolas sobre a quantidade de profissionais que atuarão por turno e turmas. A Resolução n.º 4534/2011 – GS/SEED define o número de vagas de pedagogos por escola, levando em consideração o número de professores e alunos atendidos, o que significou uma redução significativa destes profissionais se comparado à demanda existente na função de especialistas.

Uma professora entrevistada expressa esta problemática numa de suas falas que se referem à categoria **Pontos Positivos na Organização do Trabalho Pedagógico da Escola pela Mediação do Pedagogo** e dimensionada pelo Núcleo de Significação, **As Significações do Trabalho Coletivo no Ambiente Escolar**.

Sempre que tem o aumento da demanda o trabalho melhora, porque se for comparar com uma época que tinha menos pedagogos aí nem se falava dessa questão de organização de reunião para tratar de outros assuntos relacionados ao currículo, nem tinha essa oportunidade. [...] **Está melhorando, mas ainda está defasado.** (PROFESSORA DO ENSINO MÉDIO, em 14/05/2014).

Neste sentido, o pré-indicador que surgiu “**Sempre que tem o aumento da demanda o trabalho melhora [...] Está melhorando, mas ainda é defasado**” reflete a problemática existente na escola pública paranaense sobre a quantidade de pedagogos necessários para o desenvolvimento de sua função como mediador dos processos de ensino e de aprendizagem. Além de todas as atribuições que desviam o pedagogo de sua função eminentemente pedagógica, há ainda uma quantidade insuficiente de profissionais atuando nas escolas.

Somados a problemática em relação à função do Pedagogo na escola pública paranaense, os desafios encontrados por este profissional são muitos.

Junto a essas dificuldades, é visível que a profissão do pedagogo, como a de professor, tem sido abalada por todos os lados: baixos salários, deficiências de formação, desvalorização profissional implicando baixo status social e profissional, falta de condições de trabalho, falta de profissionalismo etc. Esses fatores, por sua vez, rebatem na desqualificação acadêmica da área, fazendo com que os docentes e

pesquisadores de outras áreas desconheçam a especificidade da Pedagogia, embora a critiquem (LIBÂNEO, 2010, p. 25-26).

O desconhecimento por parte do coletivo escolar e do próprio profissional pedagogo sobre a especificidade da Pedagogia reflete, negativamente, no desenvolvimento da função do pedagogo na escola e coloca a este profissional um desafio importante de conseguir garantir o seu tempo de trabalho no contexto escolar dedicado a discussões, reflexões, análises da realidade com a qual trabalha na escola pública, uma vez que é considerado um profissional que resolve todo tipo de situação apresentada no interior da escola e que, muitas vezes, não estão diretamente relacionadas à sua função.

A compreensão equivocada do papel do pedagogo pelos profissionais da escola e pelo próprio pedagogo é, portanto, um desafio enfrentado na atuação deste profissional que acaba dedicando grande parte de seu tempo no enfrentamento destas posições ou abrindo mão do seu papel para evitá-los.

Essa realidade em relação aos **significados** e **sentidos** atribuídos pelos profissionais da escola sobre a função do pedagogo, analisados de acordo com a definição realizada por Aguiar e Ozella (2006), pode ser confirmada na fala dos profissionais entrevistados.

A categoria **Função do Pedagogo na Escola Pública**, utilizada para dimensionar em núcleo de análise e posteriormente interpretar e analisar as referidas entrevistas que se referem ao **Núcleo de Significação - O Sentido do Papel do Pedagogo** possibilitou identificar que nos significados atribuídos pela Direção e Professores entrevistados apresentam muitas similaridade e contradições.

[...] **intervir no processo ensino aprendizagem**, na questão limite de comportamento, na questão posicionamento adequado do aluno na sala de aula, sem contar na documentação (DIREÇÃO, em 14/05/2014).

[...] **essa parte de mediar mesmo o trabalho do professor, de orientar, de instruir** e **vejo também a parte burocrática porque tem muita documentação que os pedagogos fazem** (COORDENADORA E PROFESSORA DO CURSO AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM, em 14/05/2014).

[...] **é uma pessoa que organiza o trabalho da escola, auxilia o professor na constituição do PTD** [...] **Também auxilia nas questões disciplinares dos alunos que eu acho que é o que tem mais peso atualmente. O pedagogo sempre socorre o professor quando tem ali uma**

questão de indisciplina do aluno (PROFESSORA ENSINO MÉDIO, em 14/05/2014).

Neste sentido, os pré-indicadores que surgiram nas três falas “***intervir no processo ensino aprendizagem***”, “***essa parte de mediar mesmo o trabalho do professor, de orientar, de instruir***” e “***é uma pessoa que organiza o trabalho da escola, auxilia o professor na constituição do PTD***” acabam entrando em contradição com os indicadores, pois os pré-indicadores refletem que o pedagogo é um profissional que tem uma função pedagógica essencial na mediação entre os processos de ensino e aprendizagem e os indicadores refletem o pedagogo como um profissional burocrata e responsável por solucionar todos os problemas de relação entre professor e aluno na escola.

Nessas falas foram possíveis verificar afirmações sobre a responsabilidade do pedagogo em resolver os conflitos existentes em sala de aula, a responsabilidade do trabalho burocrático e orientação e acompanhamento do trabalho realizado na escola. Todos, sem exceção reconhecem a importância da atuação deste profissional na escola pública como àquele que organiza o trabalho da instituição de ensino. No entanto, há demonstração de clareza nas respostas levantadas sobre a organização deste trabalho numa perspectiva coletiva, na qual todos são responsáveis, em alguma medida, pela orientação e resolução de situações conflituosas e sobre todo o trabalho realizado na escola.

As respostas das pedagogas entrevistadas e dos professores do Curso de Formação de Docentes e do Curso Técnico em Administração em relação à categoria **Função do Pedagogo na Escola Pública** revelam que existe uma clareza maior em relação ao significado da função do pedagogo na organização coletiva do trabalho na escola pública.

[...] **contribuindo com seu trabalho, com suas mediações para que a escola cumpra a sua função social de transmitir o conhecimento** [...] permitir que isso aconteça que o aluno aprenda e que o professor tenha condição de ensinar, que os pais tenham o resultado dessa aprendizagem (PEDAGOGA 1, em 14/05/2014).

[...] **é a mediação do conhecimento, da relação ensino e aprendizagem entre professor e aluno, essa deveria ser a nossa área de atuação primeira** (PEDAGOGA 2, em 14/05/2014).

[...] **é um grande articulador do processo de ensino e aprendizagem** [...] Eu entendo que o processo de ensino–aprendizagem deve ser visto

na perspectiva de que a educação tem um papel transformador [...] o pedagogo faz parte desta transformação ele precisa estar engajado neste processo de construção do conhecimento, de formação da consciência humana, do desenvolvimento do psiquismo humano (PROFESSORA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES, em 14/05/2014).

Neste sentido, os pré-indicadores que surgiram nas três falas “[...] **contribuindo com seu trabalho, com suas mediações para que a escola cumpra a sua função social de transmitir o conhecimento [...]**”, “[...] **é a mediação do conhecimento, da relação ensino e aprendizagem entre professor e aluno [...]**” e “[...] **é um grande articulador do processo de ensino e aprendizagem [...]**” são similares e estão em sintonia com os indicadores identificados. Percebeu-se que existe uma compreensão mais apropriada sobre a função do pedagogo necessária à atuação na escola pública, pois os indicadores complementam os pré-indicadores e refletem que o pedagogo é um profissional que tem uma função pedagógica essencial na mediação entre os processos de ensino e aprendizagem.

O caminho percorrido pelo Pedagogo nas escolas públicas estaduais paranaenses revela que a indefinição da atuação do profissional formado a partir do Curso de Pedagogia na História da Educação Brasileira, as alterações nas atribuições do Professor Pedagogo nas escolas públicas paranaenses de 2004 a 2013, reveladas nos editais que regulamentam a contratação destes, e o desconhecimento e/ou ausência de reflexão sobre os princípios emanados pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná contribuíram para a descaracterização desta função.

A partir dessa análise o Pedagogo necessário à escola pública que pretende cumprir sua função social na educação, deve ser o profissional que está diretamente envolvido na organização intencional do trabalho pedagógico de maneira a mediar os processos de ensino e aprendizagem que colaborem para a construção e formação do ser humano, como membro da sociedade em que está inserido.

## **2. O PEDAGOGO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA**

A educação em cada momento histórico representou os anseios de uma determinada sociedade e seu modo de produção da vida material. No momento em que uma forma de organização social não responde às necessidades impostas à sobrevivência, uma nova forma de organização social começa a nascer, representada também pela forma de organização da educação, expressa numa pedagogia. No interior das relações estabelecidas em cada momento histórico nasce a possibilidade de superação da forma de organização social estabelecida para outra, atendendo às necessidades criadas no interior destas relações. A necessidade de mudança leva a uma reorganização para superação do velho e organização do novo ou à resistência a essas mudanças, e a educação pode ser utilizada como um instrumento para a mudança ou à resistência.

A sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; a escola, inserida neste contexto, sofre influência dos conflitos entre a classe dominante e a classe dominada. Assim, torna-se imprescindível compreendermos a dinâmica desta sociedade para que possamos avaliar os limites dessa influência e suas consequências no contexto educacional.

Nessa perspectiva, a finalidade da ação docente, portanto, concretiza-se na tarefa de organizar o ensino de modo a possibilitar que o aluno não somente aprenda a ler, escrever e contar, mas seja partícipe de uma proposta diferenciada de desenvolvimento humano, que tenha o que escrever e o que contar, ou seja, todas as suas potencialidades sejam desenvolvidas a partir da aprendizagem.

De acordo com Saviani (2003), para que isto se efetive, os educadores devem buscar nortear sua ação a partir de três objetivos fundamentais: a identificação das formas mais desenvolvidas em que se exprime o saber objetivo socialmente produzido, a transformação desse saber objetivo em saber escolar, que possa ser assimilado pelo conjunto dos alunos e a garantia das condições necessárias, para que estes se apropriem do conhecimento e possam elevar seu nível de compreensão sobre a realidade. Considera, portanto, que *“o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”* (SAVIANI, 2003, p.13).

Nessa perspectiva, no desenvolvimento do trabalho educativo, a escola desempenha um papel paradoxal, pois embora condicionada aos aspectos e regras da sociedade capitalista estruturada em classes sociais antagônicas, existe na escola um espaço que aponta para as possibilidades de mudanças e de transformações.

Portanto, a função social da escola é proporcionar a todos os sujeitos o acesso ao conhecimento científico que, apropriados por eles, possam se transformar em instrumentos do pensamento para compreender a sua realidade livre das ideologias impostas pela forma de produção da vida material desta sociedade. O grande desafio da escola, portanto, é como transformar os conhecimentos cotidianos dos estudantes, que trazem ao entrar na escola, em conhecimentos científicos, e que estes sejam estabelecidos pela educação escolar, por meio do trabalho educativo de forma direta e intencional.

Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica vem ao encontro desta necessidade de compreender a função social da escola como via de emancipação humana, valorizando a educação e o trabalho educativo.

A Pedagogia Histórico-Crítica foi proposta por SAVIANI (2003) a partir da necessidade de pensar os problemas educacionais brasileiros, iniciando este trabalho através da discussão das principais teorias educacionais e suas interpretações em relação à realidade social, e, conseqüentemente, em relação à escola. Neste seu trabalho, levantou-se a discussão do problema da marginalidade em relação à educação na década de 70, e como as teorias da educação se posicionavam diante dele. A partir dessas discussões, começa a elaboração de uma teoria pedagógica que tem como objetivo superar os limites das pedagogias não-críticas e crítico-reprodutivistas, propondo uma pedagogia crítica da educação.

Para a pedagogia Histórico-Crítica, a educação não pode estar voltada para o trabalho de forma a responder às necessidades adaptativas, de treinamento e domesticação do trabalhador, exigidas pelo mundo do trabalho na sociedade moderna, mas deve ter como preocupação fundamental o trabalho em sua forma mais ampla, ou seja, deve refletir sobre as contradições da organização do trabalho em nossa sociedade, sobre as possibilidades de superação de suas condições adversas. Para alcançar esta visão crítica em relação à sociedade faz-

se necessário empreender, no interior do processo educativo, ações que contribuam para a humanização plena do conjunto dos sujeitos em sociedade.

Entendido o contexto econômico, social em que a educação e, mais especificamente, a escola pública está inserida e qual pedagogia poderá responder às necessidades desta escola, cabe perguntar: qual a função do pedagogo necessário a esta realidade?

[...] é preciso, preliminarmente, levar em conta que a sociedade capitalista é uma sociedade dividida em classes com interesses antagônicos. Portanto, o papel do pedagogo será um se ele se colocar a favor do desenvolvimento do capital, portanto, a serviço dos interesses da classe dominante, isto é, dos proprietários dos meios de produção. E será outro, se ele se posicionar a favor dos interesses dos trabalhadores. E não há possibilidade de uma terceira posição. Não se pode ser neutro. A neutralidade é impossível. É isso que se quer dizer quando se afirma que a educação é um ato político (SAVIANI, 2012, p. 1).

É nesse quadro que o pedagogo está inserido e precisa ter clara a dimensão política e pedagógica do seu trabalho. A dimensão política do seu trabalho se revela na escolha de “a quem” vai se colocar a favor e a dimensão pedagógica “quais” são as mediações necessárias para organizar o trabalho pedagógico da escola, tarefa específica do pedagogo, de forma a atender às necessidades expressas no Projeto Político Pedagógico e à intencionalidade da educação por ela oferecida.

O pedagogo enquanto responsável pela coordenação da elaboração e avaliação coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola pública é o responsável por articular e mediar todas as discussões de todos os segmentos da Comunidade Escolar no sentido de repensar as dificuldades e possibilidades da escola, as formas de superação de suas dificuldades e a manutenção ou aprimoramento de suas possibilidades. Esta participação coletiva na avaliação das necessidades da escola e o planejamento de ações para atendê-las, possibilitam a tomada de consciência sobre a importância do compromisso social e político de todos os envolvidos na educação como partes integrantes da instituição de ensino.

O projeto pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O projeto pedagógico, ao se construir em processo participativo de decisões,

preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e contradições, buscando eliminar as relações de mando pessoal e racionalizando a burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 1998, p. 13).

Faz-se necessário que, por meio de momentos de estudos, reflexões, análises sobre o fazer pedagógico da escola pelos profissionais seja possível a estes aprender a pensar e a realizar o trabalho pedagógico de maneira coerente. Este não pode ser um processo de convencimento, persuasão ou mobilização dos profissionais para um fazer pedagógico coerente (VEIGA, 1998). Esses momentos de fundamentação teórica para a prática pedagógica direcionada à intencionalidade da escola fazem parte da função do pedagogo, possibilitando a compreensão de cada profissional dos princípios, fundamentos, ações do Projeto Político Pedagógico pensado pelo coletivo escolar.

Ao pedagogo, portanto, compete mediar toda a organização do trabalho pedagógico da escola para que esta cumpra sua função social de sistematizar e socializar o conhecimento científico acumulado pela humanidade, sendo articulador dos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a consistência das ações educativas da escola.

O conhecimento sistematizado é, portanto, o principal fator do trabalho pedagógico desenvolvido na escola pública. A apropriação destes conhecimentos de forma a possibilitar a emancipação dos sujeitos que encontram na escola pública o caminho para o acesso à cultura acumulada pela humanidade tem uma possibilidade com a organização de um trabalho coletivo e consciente de todos os profissionais da escola. Ao pedagogo cumpre a função de mediar esta organização.

No entanto, algumas respostas obtidas dos entrevistados quanto à categoria **Demandas Impostas ao Pedagogo na Escola Pública Atualmente** e dimensionada no **Núcleo de Significação O Sentido do Papel do Pedagogo** revelam no cotidiano escolar algumas demandas que não correspondem à atuação necessária do pedagogo na mediação dos processos de ensino e aprendizagem e precisam ser superadas, pois descaracterizam a função deste profissional na escola e prejudicam a tentativa de organização do trabalho deste profissional na instituição de ensino.

[...] são coisas muito da prática, que também não deixam de estar no nosso mundo de trabalho do pedagogo, mas que também precisamos ir além, podemos até fazer tudo isso, mas nós temos que ir além disso(PROFESSORA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES, em 14/05/2014).

[...]ele cuida de um monte de coisas [...] e às vezes ele não tem tempo hábil de atuar nessa atividade que seria o suporte pedagógico (PROFESSOR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, em 14/05/2014).

Então é o atendimento ao aluno que toma o maior tempo aqui na escola e que às vezes é um empecilho para que você consiga realizar todo o trabalho que você tem programado para o dia (PEDAGOGA 1, em 14/05/2014)

É aí que nós nos perdemos e deixamos de realizar o principal aquilo que é mais importante, aquilo que deveria ser feito pelo pedagogo acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem, as metodologias, a avaliação, no entanto, nós nos perdemos em atendimento de alunos doentes, nós vamos apagar fogo na sala de aula (PEDAGOGA 2, em 14/05/2014).

[...] não tem o tempo necessário a fazer com o professor um estudo, o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem o que acaba prejudicando tanto o papel do pedagogo o desempenho da função real do pedagogo dentro da escola quanto contribuindo para o processo de ensino aprendizagem não se efetive uma melhora (DIREÇÃO AUXILIAR, em 14/05/2014).

Nesse sentido, os pré-indicadores que surgiram nas cinco falas ***“[...] são coisas muito da prática [...]”, “[...] ele cuida de um monte de coisas [...]”, “Então é o atendimento ao aluno que toma o maior tempo aqui na escola [...]”, “É aí que nós nos perdemos e deixamos de realizar o principal aquilo que é mais importante [...]” e “[...] não tem o tempo necessário a fazer com o professor um estudo, o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem [...]”***, revelam a preocupação com a problemática vivenciada pelo pedagogo na sua atuação na escola pública paranaense e os indicadores complementam esta preocupação, indicando a necessidade de revisão na compreensão mais apropriada sobre a função do pedagogo necessária à atuação na escola pública.

As questões levantadas anteriormente quanto à atuação do pedagogo na escola pública no contexto da sociedade capitalista, no que diz respeito aos seus limites, avanços, possibilidades e necessidades no cotidiano escolar revelam os significados e sentidos construídos em relação a este profissional, que o

descaracterizam da sua função, mas apontam para uma possibilidade de atuação no cumprimento da função social da escola e a organização coletiva do trabalho pedagógico.

### **3. AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL NA COMPREENSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO**

A Teoria Histórico-Cultural é também conhecida no Brasil como Escola de Vigotski. Lev Semenovich Vigotski (1896-1934) teve sua vida voltada ao trabalho intelectual e apesar de seu pouco e conturbado tempo de existência deixou uma valiosa contribuição para a psicologia. Sua obra foi produzida numa época pós-revolucionária e isso contribuiu para a construção de uma psicologia bastante diferente da psicologia existente, e tinha como proposta a aplicação dos métodos e princípios do materialismo dialético para a compreensão do psiquismo humano. Propunha, junto aos seus principais colaboradores Alexis Leontiev (1903-1979) e Alexander Luria (1902-1977), uma psicologia influenciada pelo pensamento marxista sobre a sociedade, o trabalho, o uso de instrumentos, a dialética entre o ser humano e a natureza, ideia que sustentou a sua teoria sobre o caráter sócio-cultural do desenvolvimento humano.

Os referenciais teóricos comuns da psicologia Histórico-Cultural e da pedagogia Histórico-Crítica contribuem para a compreensão de conceitos importantes para o entendimento da educação escolar como possibilidade de desenvolvimento intelectual e sua importância na compreensão da problemática da alienação na sociedade capitalista, em relação ao desenvolvimento do trabalho docente.

Com isso se pretende afirmar que a psicologia Histórico-Cultural tem no ensino escolarizado um instrumento mediador das relações entre a criança e o mundo, entre a aprendizagem e o desenvolvimento, que como tal se materializa pela mediação pedagógica.

A teoria Histórico-Cultural compreende o processo de produção de conhecimento a partir do processo de desenvolvimento da humanidade, ou seja, do processo de humanização, de formação do indivíduo. A história da formação

do ser humano, numa perspectiva marxista, está atrelada à análise da diferença entre atividade humana e atividade animal.

O ser humano se diferencia do animal pela sua capacidade de produzir seu meio de vida, ou seja, pelo processo de trabalho que modifica sua estrutura física ao mesmo tempo em que produz sua vida material. *“Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”* (MARX e ENGELS, 1993, p.27, grifos do autor).

Nessa perspectiva, o processo de produção dos meios de satisfação de necessidades para a sobrevivência e a produção de novas necessidades a partir das já satisfeitas por meio do trabalho é o processo que diferencia o ser humano dos demais seres vivos.

Através do trabalho, o ser humano cria, portanto, uma realidade humana. Essa atividade especificamente humana, o trabalho, caracteriza-se pelo uso de instrumentos, pelas relações sociais que se estabelecem para o seu desenvolvimento e o uso da linguagem, e, por isso diferencia-se profundamente das atividades dos animais.

No mesmo sentido, as análises realizadas por Leontiev (2004) quanto ao processo histórico do desenvolvimento da consciência humana contribuíram de forma decisiva para a compreensão da importância da atividade coletiva para a atividade consciente do ser humano.

Quando a estrutura da atividade se realiza na forma de trabalho coletivo, fica mais evidente a sua importância para o desenvolvimento da atividade consciente do ser humano. No início do desenvolvimento da sociedade humana, a divisão do trabalho era eventual, não existia uma intencionalidade, com o avanço neste desenvolvimento ela toma forma primitiva de **divisão técnica do trabalho**, e isto proporciona uma mudança na estrutura da atividade dos indivíduos que participam do processo de trabalho. Se no animal, o objeto da atividade está sempre ligado a um motivo biológico, na estrutura da atividade coletiva do indivíduo, o objeto da atividade e o seu motivo não coincidem, ou seja, a atividade se desdobra em ações que só serão possíveis dentro desse processo coletivo.

Uma ação é, portanto, um processo no qual não há uma relação direta entre o motivo e o conteúdo dessa ação. A ação só existe como integrante de um todo maior que é a atividade. O que dá sentido, portanto, à atividade humana, ou seja, o que conecta a ação com o motivo dessa ação são as relações sociais existentes no conjunto da atividade social, ou seja, as suas significações (LEONTIEV, 2004).

Nessa perspectiva, o significado é aquilo que se formou a partir da ação humana e no interior das relações sociais e de produção que possibilitaram aos seres humanos produzirem sua própria existência.

Assim, o indivíduo se apropria das significações já construídas historicamente, e o que essas significações, uma vez apropriadas, tornam-se para cada indivíduo deverá depender do sentido subjetivo e pessoal que terá para cada indivíduo.

O significado, portanto, é o conteúdo da ação e o sentido, as ligações entre esse conteúdo e o conjunto da atividade. Isso só faz sentido a partir da relação entre atividade e ação. A atividade humana foi sempre uma atividade que envolve relações objetivas entre o indivíduo e o restante da coletividade da qual ele é parte.

As análises de Leontiev (2004) mostram, portanto, que a divisão social do trabalho produziu historicamente uma determinada forma de estruturação da consciência humana que se caracteriza pela dissociação entre o significado e sentido da ação.

Nas entrevistas realizadas quanto à categoria **Demandas Impostas ao Pedagogo na Escola Pública Atualmente** e dimensionada no **Núcleo de Significação O Sentido do Papel do Pedagogo** algumas falas revelam a dissociação entre o significado e o sentido da ação do pedagogo no cotidiano escolar.

**Atualmente com a indisciplina do aluno o descompromisso do aluno com as atividades da escola eu acredito que é o pedagogo quem acompanha mais e dá um retorno para o professor, a gente é dependente mesmo do pedagogo nessa questão** (PROFESSORA DO ENSINO MÉDIO, em 14/05/2014).

**O atendimento ao aluno, né? A maior parte do tempo tá ocupado fazendo atendimento ao aluno** (PROFESSORA E COORDENADORA

DO CURSO DE AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM, em 14/05/2014).

Os pré-indicadores e os indicadores identificados na fala dos entrevistados citados revelam, ainda, a dissociação entre o significado e o sentido de suas próprias funções. Os entrevistados não parecem acreditar que a questão disciplinar possa e deve ser resolvida pelo coletivo escolar ou que se sintam responsáveis também pela sua resolução ou mediação, demonstrando a não conscientização em relação à sua responsabilidade no coletivo escolar.

Entretanto, nas falas de duas pedagogas entrevistadas não é possível perceber a ruptura entre as significações e os sentidos atribuídos à sua função na escola.

**Não. Não atendem.** Eu acho que as necessidades pedagógicas da escola vão muito além, não é só atender o aluno, a gente teria que atender o professor na hora atividade [...] auxiliar no Plano de Trabalho Docente também depois dele construído, a questão do conteúdo [...] (PEDAGOGA 1, em 14/05/2014).

**Na verdade não atende** [...] Falta funcionário na escola. Falta mais pedagogo, mas não para fazer este serviço, mas tem coisas na escola que se nós tivéssemos funcionários bem preparados, nós não nos ocupáramos disto (PEDAGOGA 2, em 14/05/2014).

Os pré-indicadores encontrados "**Não. Não atendem.**" e "**Na verdade não atende.**" revelam a segurança de suas respostas, demonstrando terem consciência de quais ações devem ser desenvolvidas pelo pedagogo na escola pública, para que esta cumpra a sua função e foram confirmadas nos indicadores revelados. A relação entre os pré-indicadores e os indicadores revelam ainda a insatisfação e frustração diante desta realidade vivenciada cotidianamente na instituição de ensino.

### 3.1. O pedagogo como articulador do trabalho coletivo escolar

A análise realizada por Leontiev (2004) da caçada coletiva nas relações primitivas de produção possibilita uma transposição para a reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico na escola pública.

O trabalho pedagógico escolar pode se configurar como uma atividade coletiva uma vez que várias ações são realizadas para atingir o mesmo objetivo.

No caso da escola, o objetivo comum a ser alcançado no desenvolvimento do trabalho pedagógico, é de “*propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência)*” (SAVIANI, 2003, p. 15).

Na organização do trabalho pedagógico da escola, muitas são as pessoas que realizam diferentes tarefas: a Equipe de Direção, os Pedagogos, Professores, Agentes Educacionais I e II (profissionais responsáveis pelo trabalho administrativo, de limpeza, alimentação e manutenção da escola) e alunos. Cada uma dessas pessoas realiza uma tarefa na escola de acordo com as funções para as quais foram contratadas. No entanto, se as diferentes ações realizadas não estiverem direcionadas e sintonizadas ao objetivo comum da escola de possibilitar aos alunos o acesso ao saber sistematizado, estas ações não se caracterizam como atividades coletivas, mas como tarefas individuais, desprovidas de significado, tal como conceituado por Leontiev (2004).

Leontiev aponta nas suas análises da atividade produtiva na sociedade capitalista que, numa sociedade de classes há uma ruptura entre o **significado** estabelecido socialmente para esta atividade e o **sentido** que cada operário tem desta significação e esta ruptura caracteriza esta relação como alienada. Basso (1998) estende esta análise à atividade pedagógica e aponta que a atividade pedagógica será alienada sempre que o **sentido pessoal** não corresponder ao **significado social** desta atividade.

Se o sentido do trabalho docente atribuído pelo professor que o realiza for apenas o de garantir sua sobrevivência, trabalhando só pelo salário e sem ter consciência de sua participação na produção das objetivações na perspectiva da genericidade, haverá a cisão com o significado fixado socialmente [...] Nesse caso, o trabalho alienado do docente pode descaracterizar a prática educativa escolar (BASSO, 1998, p. 4-5).

A ruptura entre **sentido** e **significado** da atividade docente, portanto, interfere diretamente no resultado do trabalho e na qualidade do ensino ministrado. Esta alienação docente em relação à sua atividade de trabalho reflete em várias dimensões da atividade educativa.

A situação de alienação se caracteriza pela falta de compreensão e domínio nos vários aspectos da tarefa educativa. Assim, percebemos que ao educador falta a clareza com relação à realidade em que ele vive, não dominando, por exemplo, como o fato e os fenômenos chegaram ao ponto em que estão hoje (dimensão sociológica, histórico-processual);

falta clareza quanto à finalidade daquilo que ele faz: educação para quê, a favor de quem, contra quem, que tipo de homem e de sociedade formar, etc.(dimensão política, filosófica), e, finalmente, falta clareza à sua ação mais específica em sala de aula (dimensão pedagógica) (VASCONCELLOS, 1999, p.25).

A atividade educativa alienada deixa de se caracterizar como tal e passa a ser uma operação automatizada, ou seja, todas as operações são realizadas por repetição de forma mecânica. Segundo Basso (1998) ao sentirem a ruptura entre **significado** e **sentido** no seu trabalho, ao refletirem sobre ele, consideram suas condições limitadoras, sentem-se desanimados e frustrados em relação a ele. A autora revela que a desmotivação dos docentes é engendrada pelas condições objetivas do trabalho que realizam e por condições subjetivas que afetam diretamente a consciência destes profissionais.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, na categoria que se refere à **Relação Pedagógica entre o Pedagogo e Docentes**, dimensionada pelo Núcleo de Significação **As Significações do Trabalho Coletivo no Ambiente Escolar** é possível verificar como tem se estabelecido esta relação no cotidiano escolar, inclusive no que diz respeito aos limites e possibilidades desta relação.

[...] no dia que estou sozinha eu fico insegura em atender um pai, o aluno sem a presença do pedagogo que tem todo um embasamento teórico e tem uma propriedade muito grande nas tomadas de decisões, nas intervenções pedagógicas que sem ele o contexto é inseguro [...] nós precisamos deles o tempo todo nos auxiliando nos orientando (DIREÇÃO em 14/05/2014).

[...] não tive uma formação pedagógica para assumir a direção da escola, se eu não tivesse uma equipe pedagógica para dividir todas essas necessidades da escola a gente se frustraria enquanto direção e frustraria o professor porque precisa do acompanhamento pedagógico (DIREÇÃO AUXILIAR em 14/05/2014).

[...] eu sou enfermeira e não tenho a formação pra atua nesta área, então os pedagogos sempre me dão a estrutura, sempre me orientam como agir, nas atividades, também nos atendimentos com os alunos, porque já houveram vários casos que as pedagogas que me ajudaram a resolver (PROFESSORA E COORDENADORA DO CURSO AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM em 14/05/2014).

[...] com alguns conceitos que ele tem dominado ele consegue ver situações que nós no dia a dia não conseguimos enxergar. De repente na correria do dia a dia eu não consigo ver coisas óbvias que o pedagogo consegue ver com o conhecimento dele científico (PROFESSOR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO em 14/05/2014).

Pode-se observar, realizando a interpretação das respostas levantadas, que os pré-indicadores e os indicadores encontrados entram em contradição. Os pré-indicadores revelam a condição de mediação do pedagogo no acompanhamento, decisões vivenciadas no cotidiano escolar pela natureza do conhecimento que tem apropriado em sua formação. No entanto, os indicadores revelam a atuação deste profissional em situações que todos os educadores envolvidos no processo educacional deveriam estar preparados para atuarem. Ao pedagogo é imposta a responsabilidade de resoluções de conflito revelando a alienação na atuação dos profissionais na atividade coletiva escolar, caracterizada pela ruptura entre as significações e os sentidos das funções na escola.

Os dados confirmam os desafios enfrentados, atualmente, pelos pedagogos no cotidiano da instituição de ensino pesquisada que contribuem para a descaracterização deste profissional. Esse quadro não se revela somente nesta instituição, no entanto, colabora para que se faça a reflexão e discussão sobre as necessidades e as possibilidades de mudanças requeridas no contexto escolar em relação à organização coletiva do trabalho pedagógico, por meio do reconhecimento pelo pedagogo do seu papel político e educativo e do entendimento do coletivo da escola de seu legítimo papel enquanto profissional da educação.

Nas entrevistas realizadas com as pedagogas, na categoria que se refere à **Relação Pedagógica entre o Pedagogo e Docentes**, dimensionada pelo Núcleo de Significação **As Significações do Trabalho Coletivo no Ambiente Escolar** identificou-se a impossibilidade de intencionalmente atuar na organização do trabalho pedagógico da escola através do planejamento pela ruptura entre as significações e os sentidos atribuídos à função do pedagogo.

**O professor precisa da gente para fazer intervenções na questão da indisciplina, mas também para orientá-lo na questão da metodologia em sala de aula. Nós ainda temos, não são todos os professores, mas o professor vem pedir opinião, trazer uma aula preparada para ver se aquela aula está certa, saber se ele pode realizar que está adequado e a gente vê que a gente dá sugestões e ele acata e realiza na turma (PEDAGOGA 1, em 14/05/2014).**

**Eu procuro atender o professor quando ele me chama, quando ele tem dúvida, [...] nós vamos atendê-lo sempre que possível, mas eu estou querendo dizer mais na prática pedagógica, então eu procuro atendê-lo se**

eu não sei eu vou estudar, eu vou ler, algum jeito eu arrumo (PEDAGOGA 2, em 14/05/2014).

Na medida em que o professor te dá a possibilidade de entrar e contribuir para a prática dele, então eu faço o meu trabalho. A gente tem que tatear muito respeitar muito o espaço do professor, se ele não quiser eu não posso apontar. Então a gente tem que cativar e conquistar o professor para conseguir fazer um trabalho que ainda eu acho muito elementar (PEDADOGA 3, em 14/05/2014).

Os pré-indicadores **“O professor precisa da gente pra fazer intervenções na questão da indisciplina, mas também pra orientá-lo na questão da metodologia em sala de aula.”**, **“Eu procuro atender o professor quando ele me chama, quando ele tem dúvida [...]”** e **“Na medida em que o professor te dá a possibilidade de entrar e contribuir para a prática dele, então eu faço o meu trabalho.”** levantados nas falas das pedagogas, complementam a discussão realizada nos dados obtidos, nesta mesma categoria, com as falas dos professores. A alienação revelada nas falas dos professores pela ruptura entre sentido e significações das funções exercidas na escola, acabam por provocar também uma ruptura entre sentido e significações na atuação das pedagogas.

Os pré-indicadores e em complementação, os indicadores levantados na fala das pedagogas revelam que esta ruptura na atuação dos professores e nos sentidos atribuídos em relação à atuação do pedagogo acaba por alienar a atuação deste no cotidiano escolar. Apesar de considerar que pode atuar de forma mais significativa e se esforçar para isso, acaba não se reconhecendo como o responsável pela organização do trabalho pedagógico da escola pública de forma intencional e coletiva.

Uma possibilidade de resistência a esta ruptura é a organização do projeto político pedagógico entendido como atividade.

O projeto torna-se atividade quando os projetos individuais dos professores convergem-se em torno de um mesmo objetivo e os professores passam a assumir a existência de uma necessidade em comum, a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A existência de um projeto coletivo é mais do que a soma dos vários projetos pessoais, pois os motivos individuais da atividade tornam-se motivos do grupo enquanto motivos do grupo ganham uma configuração individual (ASBAHR, 2005, p. 65-66).

O projeto político pedagógico, portanto, é um documento que estabelece uma direção, uma intencionalidade à organização do trabalho pedagógico da escola. Sua construção exige uma reflexão acerca da concepção de escola e sua relação com a sociedade, deve contemplar a qualidade do ensino nas dimensões indissociáveis: formal ou técnica e política implica em esforço coletivo e participativo e define ações educativas e as características necessárias às escolas descumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1995).

A elaboração do projeto político pedagógico, no entanto, não cumprirá sua finalidade se tiver como objetivo somente o estudo e a análise da realidade escolar ou se pautar num ideal de escola e de aluno a ser formado. Sua organização só tem razão de ser se propuser ações para mudanças mediadas pela análise da realidade da escola, pelo estudo teórico de uma fundamentação que subsidie esta análise e dos sonhos da sua comunidade escolar.

Portanto, o responsável pela organização do projeto político pedagógico da escola é o pedagogo. Este profissional tem como uma de suas principais funções articular coletivamente as ações na escola, de forma, que todos os envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem, conheçam as diferentes funções exercidas na escola e tenham competência para desenvolver suas ações com a responsabilidade requerida em sua área ou função específica.

Este reconhecimento das diferentes funções e ações correspondentes no desenvolvimento da atividade educativa, não significa fragmentar o trabalho da escola, mas possibilitar a tomada de consciência de que as ações de cada função são distintas, com objetivos comuns definidos coletivamente, onde os resultados serão alcançados retornarão ao coletivo positiva ou negativamente, dependendo do comprometimento do grupo no desenvolvimento das ações.

Para realizar a mediação do trabalho coletivo na escola o pedagogo precisa garantir o seu tempo de trabalho no contexto escolar dedicado a discussões, reflexões, análises da realidade com a qual trabalha na escola pública. O trabalho pedagógico organizado coletivamente necessita de reflexão, de fundamentação teórica, posicionamento filosófico, dando-lhe um significado e corrigindo possíveis incorreções.

O planejamento organiza o trabalho pedagógico de forma consciente e, uma vez tomado consciência coletiva da necessidade do projeto político

pedagógico para a conquista da autonomia da escola, a execução, avaliação e reestruturação de ações exigirão cada vez menos esforços de todos os profissionais da escola que terão sempre o pedagogo como mediador da atividade educativa, articulando as ações de forma coletiva e compartilhada, respeitando cada função que compõe este coletivo escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada e as reflexões do objeto de estudo à luz da pedagogia Histórico-Crítica e a teoria Histórico-Cultural demonstraram que o pedagogo como profissional do contexto escolar encontra-se numa situação de fragilização nas escolas públicas estaduais paranaenses, pela descaracterização das ações pertinentes à sua função. Os dados levantados para a pesquisa realizada confirmam esta problemática na medida em que revelam por meio das falas dos entrevistados, a atuação do pedagogo na escola como um profissional burocrata que deve dar conta de vigiar, solucionar, fazer cumprir, ordenar e que no meio disso tudo se vê sem condições de fazer o trabalho que realmente direciona para o seu papel de mediador dos processos de ensino e de aprendizagem.

Junto a todas as carências de natureza administrativa, humana e material existente no contexto das escolas públicas, a precariedade no planejamento das ações da escola e a desorganização dos papéis de cada um dos profissionais da instituição de ensino em questão. Neste sentido, foi possível identificar através do referencial teórico e das análises das entrevistas realizadas, **que o contexto coletivo desta instituição não gestado democraticamente** contribuem para a descaracterização da função do pedagogo e dos demais profissionais.

A partir das análises feitas pelos Núcleos de Significação em decorrência das categorias instituídas na entrevista foi possível identificar a necessidade da definição da especificidade do **papel do pedagogo na ação coletiva** e do trabalho educativo em particular, distinguindo a competência de atuação de cada profissional da escola em razão da função que desempenha, de forma que cada um esteja comprometido com o projeto político pedagógico da escola, assumindo

com coerência e responsabilidade suas ações e reconhecendo a sua contribuição para os resultados dos processos de ensino e aprendizagem pretendidos.

Considerando os resultados da pesquisa realizada pode-se concluir que existe, uma ruptura entre os **sentidos** atribuídos à função do pedagogo na escola pública e o **significado** construído desta função, confirmando a hipótese levantada de que a dissociação entre os sentidos e os significados atribuídos à função do pedagogo na escola pública colaboram para a descaracterização da atuação deste profissional. Esta ruptura existe na medida em que a base de formação do pedagogo, as políticas públicas que subsidiam a sua atuação na escola e suas condições de trabalho não favorecem a construção de significações e sentidos adequados a esta função na educação.

Nesta perspectiva, compreende-se que as tentativas, se elas existem, de valorizar a função do professor pedagogo no interior das escolas públicas paranaenses, parecem estar caminhando num sentido contrário ao discurso realizado desde as primeiras contratações deste profissional no Estado do Paraná. Esta afirmação se deve ao fato de que as condições impostas ao trabalho do pedagogo na escola, segundo as análises dos dados desta pesquisa, mesmo considerando muitos avanços já alcançados, não têm colaborado para a caracterização da função do pedagogo.

As mudanças necessárias desse quadro de situações que impedem uma atuação de qualidade do pedagogo na escola pedem políticas públicas consistentes que criem espaços para estudos no ambiente de trabalho e fora dele, buscando numa fundamentação teórica consistente, uma prática coerente com as necessidades da escola.

Para que as várias funções atuantes na escola não se percam pela indefinição de papéis, o planejamento é indispensável. Por esta razão, torna-se imprescindível a organização de um Plano de Ação dos Pedagogos da escola, distribuindo tarefas, determinando seus responsáveis e em que tempo as colocarão em prática. Outra necessidade é a periódica reunião entre Equipe Pedagógica e Equipe de Direção da escola para planejamento, discussão, análise e encaminhamento das ações pedagógicas, vínculo este fundamental para uma organização coerente do trabalho da escola.

As possibilidades de mediação do pedagogo na escola com o objetivo de organizar o trabalho pedagógico na perspectiva coletiva de atuação poderão agregar grupos de estudos entre os pedagogos, organizados e planejados para que aconteçam no período de trabalho, com uma frequência, preferencialmente semanal, em que poderão ser discutidos, analisados e refletidos aspectos pertinentes à organização da prática pedagógica e possibilidades de intervenções no cotidiano escolar de forma coletiva e organizada, partindo então, da própria prática. Desta forma, todas as ações poderão ser planejadas com antecedência após reflexão conjunta, referentes às necessidades existentes.

Depois de alcançada a organização das ações do pedagogo, aos momentos de estudo, reflexão e análise do cotidiano poderão ser incluídos representantes dos demais setores da escola, como forma de assegurar a prática coletiva de discussões em torno das reais necessidades da escola e, a partir daí, concretizar os resultados na prática pedagógica desenvolvida.

Desse modo, de acordo com as categorias instituídas nesta pesquisa **A Função do Pedagogo Na Escola Pública** esta precisa ser coerente com as necessidades desta escola e com as possibilidades de atuação definidas pela formação destes profissionais no Curso de Pedagogia, considerada como uma ciência que estuda sistematicamente o ato educativo e contribui para a formação dos sujeitos; as **Demandas Impostas ao Pedagogo na Escola Pública Atualmente** precisam ser revistas por meio de políticas públicas que efetivamente colaborem para a construção de significações e sentidos coerentes com a natureza do trabalho do pedagogo na educação; são inúmeros os **Pontos Positivos na Organização do Trabalho Pedagógico da Escola pela Mediação do Pedagogo** desde a sua contratação na rede pública estadual do Paraná, no entanto, existe a urgente necessidade de possibilitar condições de trabalho favoráveis ao desenvolvimento da função deste profissional na escola; a **Relação Pedagógica entre o Pedagogo e Docentes** precisa ser estabelecida na perspectiva de um trabalho coletivo em que todos, nas funções exercidas na escola, tenham o mesmo objetivo, a conquista da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem capazes de contribuir para a formação dos sujeitos que tem na escola pública, muitas vezes, a única oportunidade de acesso aos bens culturais produzidos na história da humanidade.

Portanto, são na articulação coletiva das ações da escola juntamente com a definição dada a sua atuação que o pedagogo possibilitará a compreensão, por todos os envolvidos nos processos ensino e aprendizagem, de todas as funções que são exercidas na escola e terá também condições de direcionar as ações assumindo com responsabilidade a sua área ou função específica.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de, OZELLA, Sergio. **Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos**. Psicologia, Ciência e Profissão, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n2/v26n2a06.pdf>>. Acesso em 03 fevereiro 2014.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. **Sentido pessoal e Projeto político pedagógico**: análise da atividade pedagógica a partir da Psicologia Histórico-Cultural. 2005. 199 p. Dissertação (mestrado em psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://dspace.universia.net/bitstream/2024/608/1/DissertFlavia1.pdf>>. Acesso em: 23 dezembro 2013.

BASSO, Itacy Salgado Basso. Significado e sentido do trabalho docente. **Cad. CEDES**, Campinas, SP. v. 19, n. 44, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em 22 dezembro 2013.

BRASIL, CNE (2005). **Parecer CNE-CP n. 05/2005 de 13/12/2006**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf)>. Acesso em 25 maio 2014.

BRASIL, CNE (2006a). **Parecer CNE-CP n. 03/2006 de 21/02/2006**. Diário Oficial da União, de 11/04/2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf)>. Acesso em 25 maio 2014.

BRASIL, CNE (2006b). **Resolução CNE/CP 1/2006 de 15/05/2006**. Diário Oficial da União, de 16/05/2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2014.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação Básica da Educação. Brasília, 1996.

LEONTIEV, A.N. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital n.º 17/2013 – GS/SEED**. Paraná: SEED, 2013.

\_\_\_\_\_. **Edital n.º 10/2007 – GS/SEED**. Normas relativas à realização do Concurso Público para o provimento de vagas no cargo de professor pedagogo. Paraná: SEED, 2007.

\_\_\_\_\_. **Edital n.º 37/2004**. Atividades genéricas do professor pedagogo no ensino da rede estadual do Paraná. Paraná: SEED, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **O papel do pedagogo como articulador do trabalho pedagógico na sociedade do capital**. Palestra UENP Cornélio Procópio, em 8 de março de 2012. Disponível em: <<http://faficp.br/noticias/2012/1204/n101-040.pdf>>. Acesso em 03 junho 2014.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico–Crítica: primeiras aproximações**. 8.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola. Uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível**. 20.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Instrução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1999.